



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social

Sub-eixo: Ética e ética profissional: fundamentos ontológicos e objetivações cotidianas

DESAFIOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIAS NEOLIBERAIS NAS POLÍTICAS SOCIAIS

VITOR LUAN BARROS PINHEIRO¹
ROSILAINE CORADINI GUILHERME²
ELISANGELA MAIA PESSOA³
BARBARA DUTRA FONSECA⁴

RESUMO:

Este artigo discorre sobre as políticas sociais e as retrações introduzidas pela doutrina neoliberal. Trata dos desafios à materialização do Projeto Ético-Político-PEP profissional perante a configuração das políticas sociais. O estudo bibliográfico propiciou a apreensão de que os compromissos preconizados no PEP, conflitam com a perspectiva neoliberal que trata as demandas de forma imediatista.

Palavras chave: Política Social; Projeto Ético-Político; Serviço Social; Neoliberalismo.

ABSTRACT:

This article discusses social policies and the setbacks introduced by neoliberal doctrine. It deals with the challenges to the materialization of the professional Ethical-Political-PEP Project in the face of the configuration of social policies. The bibliographic study led to the understanding that the commitments recommended in the PEP conflict with the neoliberal perspective that treats demands in an immediate manner.

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

² Universidade Federal do Pampa

³ Universidade Federal do Pampa

⁴ Universidade Federal do Pampa

Keywords: Social Policy; Ethical-Political Project; Social Service; Neoliberalism.

Introdução

Este estudo, do tipo bibliográfico, foi realizado a partir da apropriação do conteúdo programático e de determinadas bibliografias dispostas no Plano de Ensino dos componentes curriculares “Ética Profissional e Serviço Social” e “Política Social”, do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja-RS. Para tanto, o intuito é empreender discussão acerca do surgimento das políticas sociais no Brasil e as respectivas retrações introduzidas pela doutrina neoliberal a partir da década de 1990, enfatizando a potência e proporção desta doutrina no governo de Bolsonaro, em vista de apresentar reflexões a respeito dos desafios para a materialização do projeto ético-político do Serviço Social.

Diante disso, propõe-se discorrer, inicialmente, sobre o desenvolvimento das Políticas Sociais no contexto brasileiro desde os anos 1930 e 1960 até os desmontes neoliberais dos anos 1990. Além disso, o estudo abordará a concepção do projeto ético-político do Serviço Social, assim como os princípios fundamentais que guiam a ação profissional do(a) Assistente Social. Para entrelaçar os conteúdos programáticos dos dois componentes curriculares já mencionados, busca-se também apresentar quais são os desafios do(a) Assistente Social para se manter atuando conforme as diretrizes do projeto ético político no âmbito das políticas sociais, visto que, geralmente, esta atuação está inserida em uma instituição pública permeada de tendências privatista, conservadoras e moralistas. Tais tendências se agravam a partir dos anos 1990 e nos anos 2000, em virtude da conjuntura neoliberal, cujo objetivo presume a focalização das políticas sociais de acesso seletivista, sendo os direitos tratados como mercadoria, o que vai totalmente ao contrário da intervenção que se objetiva desempenhar no Serviço Social.

1 – O desenvolvimento das Políticas Sociais no contexto Brasileiro

Na análise de Behring e Boschetti (2011) as primeiras iniciativas de políticas sociais, sob o recorte das economias capitalistas avançadas, surgiram com a ascensão do capitalismo durante a Revolução Industrial, impulsionadas pelos movimentos sociais, pelas lutas de classes e pela crescente intervenção estatal. Essas políticas têm suas origens nos movimentos sociais democráticos e na formação dos Estados-nação na Europa Ocidental no meio do século XIX. Sua



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

generalização ocorreu na transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando foram estabelecidas por meio de legislações específicas. A intervenção estatal na garantia de direitos sociais não emergiu como uma prerrogativa inata do Estado, mas resultou de um intenso confronto entre liberais e reformadores sociais. Os liberais defendiam a ausência de intervenção nas relações de trabalho e nas necessidades sociais, priorizando a proteção dos direitos individuais e o estabelecimento do livre mercado na sociedade civil.

Já no Brasil, numa uma revisitação histórica da gênese das políticas sociais, Faleiros (2000) refere que o marco inicial ocorreu em 1923 com a iniciativa que instituiu a previdência social dos(as) ferroviários(as) na promulgação da Lei Eloy Chaves. Considerada a primeira política previdenciária que beneficiava seus contribuintes com caixas de aposentadorias e pensões, possibilitando o acesso a medicina previdenciária e planos de saúde. A mesma é resultado das lutas e greves que aconteceram na época e também tinha o objetivo de preservar a economia de exportação do café (Faleiros, 2000). Logo, se constitui uma resposta por parte do Estado para as demandas da classe trabalhadora, as quais são visibilizadas a partir da perspectiva da luta de classes e dos processos de resistência.

Em 1930, no governo gestado por Getúlio Vargas, foram criadas diversas políticas trabalhistas com a intenção de controlar o movimento operário. Para isso, organizou um sistema de seguro social, o qual foi institucionalizado em 1932 através do Instituto de Aposentadorias e Pensões – em 1966 é atualizado para Instituto Nacional de Previdência Social –, incluindo ações preventivas na área da saúde como o controle de epidemias, saneamento e vacinação para acesso de toda a população, entre a maioria, categorias de trabalhadores. Entretanto, os(as) trabalhadores rurais foram excluídos do sistema de Previdência Social até a década de 1970. (Faleiros, 2000)

Na análise de Faleiros (2000), o sistema de Proteção Social organizado por Getúlio Vargas era extremamente fragmentado em categorias, limitado e desigual na efetivação dos benefícios, dessa forma ocorria um controle social da classe trabalhadora. Havia também uma cooptação das lideranças e, em consequência, o governo determinou como modelo de negociação um estado de corporativismo, pelo fato da priorização das relações do presidente ou do ministro com os(as) dirigentes sindicais e não com a priorização das relações de proteção da cidadania da sociedade.

Já em 1942, ocorreu a regulamentação da LBA – Legião Brasileira de Assistência, sendo que esse modelo assistencial foi elaborado e implementado pela primeira dama para amparar as famílias dos militares envolvidos na guerra. Porém, em 1964 a LBA destinou-se para o amparo da maternidade e infância, realizando-se a instalação de postos de serviço voltado aos interesses, apoio e conveniências, para legitimar o Estado junto aos pobres. Os benefícios sociais eram pautados em assistencialismo, por meio de obras de caridade, geralmente com cunho religioso (Faleiros, 2000).

Posteriormente, em 1960, efetuou-se a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), essa uniu os benefícios de inúmeros institutos, levando reordenamento para mais de 300 leis e decretos pertencentes à previdência social. A mesma introduziu os(as) trabalhadores(as) autônomos(as) na previdência social e estipulou um tempo determinado de contribuição de cinco anos para receber aposentadoria as mulheres aos 60 anos e os homens aos 65 anos (Faleiros, 2000).

De acordo com Faleiros (2000) entre 1964 e 1988, o Brasil vivenciou um desenvolvimento econômico, devido à expansão da produtividade, o processo de modernização da economia e a abertura do capital estrangeiro no território nacional. Na ditadura militar a sociedade viveu uma imensa repressão, censura e atos de violência. Por se caracterizar um regime autoritário, os sujeitos que fossem opositores desse sistema, eram perseguidos(as), torturados(as) e muitos(as) acabaram com sua “vida ceifada”.

O autor ainda refere que durante a ditadura, os investimentos nas políticas sociais de saúde, educação e assistência social baixaram devido à lógica estatal de expansão da saúde e serviços privados, até o país enfrentar a crise econômica global em 1970, se tem a formação do movimento da Reforma Sanitária, que trazia como pauta de suas reivindicações melhores condições de saúde e de vida. Em um tempo em que as reivindicações eram censuradas através da segurança militarizada em prol da ordem estatal (Faleiros, 2000).

No ano de 1966 foi criado INPS – Instituto Nacional de Previdência Social) – uma vez que o governo unificou os institutos de previdência. O Instituto fazia pactos com diversas empresas para que os(as) trabalhadores(as) fossem atendidos(as) no ambiente de trabalho, manejando essa estratégia através do esquema de Segurança e Trabalho. Mais tarde, em 1974 as pessoas idosas pobres podiam desfrutar da lei da renda mensal que garantia um salário mínimo para aqueles(as)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que tivessem contribuído. No mesmo ano criou-se também o Ministério da Previdência e Assistência Social com inserção da LBA, Fundação para o Bem-Estar do menor (Funabem), Central de Medicamento (Ceme) e Empresa de Processamento de dados da Previdência Social (Dataprev) (Faleiros, 2000).

Em 1977, houve nova unificação devido a criação do Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (Sinpas), que além de integrar o INPS, integrava também o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) e o Instituto Nacional de Administração da Previdência Social (Iapas). Cabe ressaltar, que no mesmo ano ocorreu a regulamentação da previdência privada, em consequência, o nível da desigualdade social foi gradativamente sendo elevado devido o acesso ao âmbito privado ficar para os ricos. Os serviços públicos ficaram disponíveis para quem dispunha de recursos para pagar e para os pobres eram realizadas ações voltadas para a filantropia (Faleiros, 2000).

2. O neoliberalismo da década de 1990 e o seu acirramento no governo Bolsonaro

Em 1982 aconteceu eleições para governadores e em 1984 a luta pelas “Diretas Já” para presidência da república, sendo realizada a convocação da assembleia nacional constituinte em 1986. Nessa assembleia foram ouvidas todas as classes, desde indígenas mulheres e empresários(as) de todas as áreas comerciais. A ala conservadora do congresso desenvolveu um bloco denominado “centrão” com o intuito de se opor às pressões por direitos sociais em defesa dos interesses da classe dominante (Faleiros, 2000).

A constituição de 1988 se configurou como liberal democrática e universalista, dessa forma evidenciando as contradições presentes na sociedade brasileira, e estabelecendo uma coexistência entre as políticas estatais e as políticas de mercado, voltada para as áreas da saúde, da previdência e da assistência social. Com a nova configuração, vigente da constituição, foram assegurados os direitos das mulheres, das crianças e adolescentes, dos(as) indígenas e a inclusão do conceito de seguridade social, que abrange direitos universais à saúde, à previdência e à assistência social, responsabilizando o Estado pela efetivação e execução dos direitos. Também ocorreu expansão dos direitos trabalhistas e previdenciários dos(as) trabalhadores(as) rurais por meio do acesso à previdência social (Faleiros, 2000).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a função do Governo Federal passa a ser a de coordenação das políticas sociais e não de execução, o sistema de saúde torna-se o que hoje conhecemos como o SUS – Sistema Único de Saúde (Faleiros, 2000). Os direitos postos na Constituição Federal – colocando os(as) conservadores(as) contra tais direitos, pois esses podem contribuir para a ascensão da classe trabalhadora –, contribuíram para fazer emergir a consciência dos direitos do(a) trabalhador(a) no cerne das lutas sociais. As políticas sociais, no âmbito da saúde, da educação, da infância e da assistência foram municipalizadas, sob o viés, agora do estabelecimento do chamado controle social, possibilitado por meio dos conselhos de direito dos respectivos segmentos e setores. Entretanto, vivencia-se um conflito entre um modelo de garantia de direitos descentralizado e participativo e uma política clientelista, distributiva de favores e fragmentada que utiliza os recursos públicos com o objetivo de investir no setor particular/privado (Faleiros, 2000).

Importante dizer que apesar da Constituição Federal ser promulgada em 1988 e representar determinados avanços formais para as políticas sociais, houve a eleição em 1989 de Fernando Collor de Mello para a Presidência da República, através do voto direto. Collor estabeleceu em seu programa governamental oposição aos marajás, através da redução do Estado e ampliação do Mercado Livre, gerando mudanças significativas no desenho da Constituição Federal recentemente decretada. Collor viabilizou uma abertura econômica para o capital internacional para adiantar o processo de privatização que iniciou no governo Sarney (Faleiros, 2000).

Após o *impeachment* de Collor, o então presidente Itamar Franco, no ano de 1994, como estratégia de controle da inflação, adota que uma nova moeda, o Real, o então, ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso-FHC, participou dessa mudança e pouco tempo depois se candidatou a presidência da República, sendo eleito. Em seu governo foi implementado o Plano Real que intensificou a desigualdade no Brasil, apesar dos preços terem sido estagnados o que favorecia a classe trabalhadora (Faleiros, 2000).

É importante ressaltar que o governo de FHC seguiu o receituário neoliberal, com a redução das responsabilidades do Estado, promovendo privatização e desregulamentação das leis trabalhistas. O que gerou o desmonte de diversos direitos no âmbito da saúde, assistência

social, visto que o modelo neoliberal defende o estado "minimax", mínimo para os(as) trabalhadores(as) e máximo para o capital (Faleiros, 2000).

Com a finalidade de retratar o acirramento desta doutrina neoliberal introduzida pelos Governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, cabe mencionar o processo eleitoral para presidente da república em 2018, no qual o candidato Jair Messias Bolsonaro manteve discurso liberalista, em favor do mercado, assim como se colocou como um candidato conservador, a favor dos costumes e da família tradicional. Após vencer e assumir o cargo de presidente da república, iniciou-se a concretização de seu discurso, defendendo as privatizações das estatais, o desmonte dos orçamentos para educação e saúde pública, cortes em programas sociais, entre outros retrocessos (Marques, 2019).

Ao lembrar acerca do contexto brasileiro nos três governos progressistas (Lula 2002-2010 e Dilma 2010-2016), fica nítido a implicação em torno das políticas sociais, fazendo com que parcela da classe pobre tivesse acesso à programas sociais, elevando para uma condição de vida que se afasta da miserabilidade ou da extrema pobreza .

No século XX, o (neo)liberalismo se disseminou ainda mais na Europa, sustentado principalmente pelo princípio do trabalho como mercadoria regulada pelo livre mercado. Nesse contexto, o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um salário definido pelo mercado, que no pensamento liberal deve ser livre de interferências estatais (Behring; Boschetti, 2011). O argumento se assemelha ao discurso do liberalismo clássico, ou seja, ao agir em seu próprio interesse econômico, os indivíduos, quando agem coletivamente, podem maximizar o bem-estar geral. Segundo essa visão, o funcionamento livre e ilimitado do mercado é responsável pelo bem-estar coletivo, sendo a "mão invisível" do mercado o mecanismo que promove essas ações. Contudo, o Estado é considerado um mal necessário, fornecendo a base legal para que o mercado maximize os benefícios individuais (Behring; Boschetti, 2011).

Sob o ponto de vista do liberalismo clássico, havia uma hegemonia da classe burguesa na economia, embora ainda não houvesse uma nítida consciência de classe. Isso permitiu o desenvolvimento do pensamento de Adam Smith sobre o mercado como um mecanismo natural de relações sociais, embora fosse questionado pelos trabalhadores, especialmente após as lutas de 1848 e pela jornada de trabalho (Behring; Boschetti, 2011). Adam Smith argumentava que o Estado deveria desempenhar três funções principais: defesa contra inimigos externos, proteção

dos indivíduos contra ofensas de outros indivíduos e provisão de obras públicas que não poderiam ser realizadas pelo setor privado (Behring; Boschetti, 2011).

A intervenção do Estado na garantia de direitos sociais não surgiu de uma natureza pré definida pelo Estado, mas foi resultado de disputas intensas entre liberais e reformadores sociais. Os liberais defendiam a não intervenção nas relações de trabalho e no atendimento das necessidades sociais, priorizando a garantia dos direitos individuais para estabelecer um mercado livre na sociedade civil (Behring; Boschetti, 2011).

Jair Bolsonaro, amparado nesses argumentos liberais, após vencer e assumir o cargo de presidente da República, iniciou a concretização de seu discurso, desde o início de seu mandato houve uma nítida orientação em direção a uma agenda econômica liberal, que se refletiu em cortes significativos nos investimentos em áreas cruciais como educação, saúde e assistência social. Programas sociais foram descontinuados ou severamente reduzidos, afetando diretamente milhões de brasileiros que dependiam desses serviços para sua subsistência. Uma das principais ações do governo foi a aprovação da reforma da previdência, vista como uma medida necessária para reequilibrar as contas públicas, mas que também aumentou o tempo de contribuição e reduziu benefícios para trabalhadores e aposentados. Essa reforma foi parte de um conjunto de medidas que buscavam diminuir o papel do Estado na proteção social, favorecendo políticas de mercado e privatizações em detrimento de um fortalecimento do sistema público de assistência (Marques, 2019).

Com isso, no Governo de Bolsonaro os cortes orçamentários afetaram a sociedade em diversos campos, desde o orçamento para creches até as atividades de pesquisa nas universidades federais. Logo, a diminuição de recursos para a classe pobre brasileira, aumentou consideravelmente os índices da pobreza e o acesso das políticas sociais (Marques, 2019). Portanto, as ações tomadas pelo governo Bolsonaro, mostram o quão ameaçados foram os direitos conquistados, pois a classe trabalhadora ficou ainda mais vulnerável diante do ultraliberalismo bolsonarista, o qual afeta diretamente a atuação dos(as) profissionais que estão à frente como gestores e executores das políticas sociais como, por exemplo, os(as) assistentes sociais.

3. O projeto ético-político do(a) Assistente Social



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nesta seção, elucida-se a conjuntura sócio histórica da política social brasileira e como ela reflete na materialização do projeto ético-político do Serviço Social, bem como seus objetivos e princípios. Diante disso, vale relembrar que somente em 1986 o Serviço Social rompe o conservadorismo no bojo da profissão, inserindo a influência marxista, além de buscar constante inserção nos espaços de gestão e execução das políticas sociais brasileiras. O Projeto Ético-Político- PEP profissional do Serviço Social estrutura-se a partir de uma projeção coletiva que envolve tanto o(a) assistente social de forma individual como de forma coletiva. Isto se deve por conta da vida social que abrange projetos individuais, coletivos e societários (Mattos, 2013).

Para discutir o projeto ético-político do Serviço Social é necessário compreender os projetos societários. Estes estabelecem mediações com as profissões e sociedade civil na proporção em que ambos tenham estratégias estabelecidas em relação aos atendimentos das demandas sociais com direções ético-políticas, em favor da classe trabalhadora e busca por direitos. Os projetos societários, não só podem ser conservadores, mas também transformadores. Os conservadores atuam para afirmar a ordem social vigente, já os transformadores, buscam táticas e estratégias vinculados à transformação da ordem social capitalista. O projeto ético político do Serviço Social, está ligado a projetos sociais transformadores (Mattos, 2013).

Sendo assim, o projeto ético político profissional está ligado diretamente ao projeto de transformação da sociedade. A atuação profissional tem uma extensão política, pois ao atuarmos nos movimentos contrários das classes sociais, se define uma direção social para as intervenções profissionais que podem contribuir com um projeto societário voltado ao direito da classe trabalhadora. Nas diversos e variados espaços sócio ocupacionais nos quais o(a) profissional do Serviço Social se faz presente, como em plantões de trabalho, em salas de espera, em processos de supervisão ou planejamento de serviços sociais, desde as ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas atribui-se determinada direção social atrelada por uma valoração ética específica, que retratam ações que favorecem interesses sociais distintos e contraditórios (Mattos, 2003).

O projeto ético-político profissional do Serviço Social, tem uma direção social objetiva e direta no princípio que estabelece a opção por um projeto profissional associado ao processo de construção de uma nova ordem societária (Mattos, 2013). Pesquisadores(as) desta temática, indicam que os anos 1990, tornaram-se marco da concretização do PEP, expondo a excelência



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

profissional através da consolidação dos programas de pós-graduações, que aumentam a produção de conhecimentos nesta direção. A solidificação da categoria profissional firmou-se por meio das entidades como Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS; Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO, Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Conselhos Regionais de Serviço Social CRESSs e os fóruns deliberativos. É nos anos 1990 que há um crescimento expressivo da produção de conhecimentos e a participação significativa numericamente dos(as) profissionais do Serviço Social (Mattos, 2013).

Enaltecer os princípios deste projeto, fortalecendo associações organizativas, construindo coletivamente meios políticos e profissionais que estejam vinculados com o mesmo projeto, bem como a sintonia com alguns projetos coletivos contrários à ordem capitalista/neoliberal vigente. O que pressupõe a afirmação de princípios construídos coletivamente a partir de uma perspectiva que busque liberdade, equidade, direitos humanos, princípios democráticos, etc, sendo de fundamental importância para o Serviço Social (Barroco, 2003).

Cabe referir o confronto entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e a doutrina neoliberal, que se intensificou nas políticas sociais brasileiras a partir dos anos 1990, pois reflete uma profunda divergência de concepções sobre o papel do Estado e os direitos sociais. O Projeto Ético-Político, adotado pelo Serviço Social, está enraizado em princípios de justiça social, defesa dos direitos humanos e compromisso com a transformação social. Logo, propõe a universalização dos direitos sociais, a ampliação da cidadania e a promoção da equidade, buscando superar as desigualdades estruturais da sociedade brasileira.

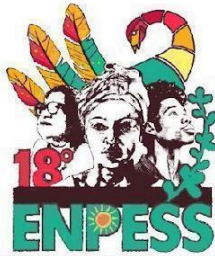
Por outro lado, a doutrina neoliberal, incorporada nas políticas públicas desde os anos 1990 e reforçada nos governos conservadores de extrema direita, como o de Jair Bolsonaro, defende a diminuição do papel do Estado na economia e nas políticas sociais, priorizando o mercado como regulador das relações sociais. Essa abordagem se materializa na redução de investimentos públicos, na focalização das políticas sociais em detrimento da universalidade, na privatização de serviços e na flexibilização dos direitos trabalhistas. Como resultado, as políticas neoliberais tendem a agravar as desigualdades sociais, precarizar as condições de vida dos mais vulneráveis e restringir o acesso aos direitos fundamentais.

O governo Bolsonaro, em particular, acirrou esse confronto ao adotar uma agenda que enfraqueceu ainda mais a rede de proteção social, deslegitimando as instituições de defesa dos direitos e promovendo um discurso que criminaliza os movimentos sociais e as lutas por justiça social. Nesse contexto, o Serviço Social se situa diante de enormes desafios para a efetivação de seu projeto ético-político, tendo que resistir e buscar alternativas para assegurar a dignidade e os direitos da população em um cenário de crescente exclusão e retrocesso.

Considerações Finais

Dado ao exposto, é importante destacar a respeito da constante defesa do Projeto Ético e Político Profissional dos Assistentes Sociais, sendo esses últimos profissionais que estão diretamente inseridos no âmbito das políticas sociais. Com isso, faz-se necessário se opor politicamente e coletivamente à doutrina neoliberal, ao autoritarismo e às inúmeras formas de opressão e naturalização das expressões da questão social presentes na sociedade contemporânea. Sabe-se que a profissão, de modo especial a partir do movimento de reconceitualização, passou a incorporar fundamentos teórico-metodológicos que rompem com a matriz conservadora. O que impulsiona a construção do projeto ético-político que objetiva, entre os diversos princípios, a emancipação humana e uma nova ordem societária. Acredita-se que é através do projeto profissional crítico que é possível consolidar o exercício profissional de maneira ética, em defesa da democracia e dos direitos humanos.

Nesse sentido, o compromisso com a classe trabalhadora preconizado no projeto ético-político entra em contradição com a perspectiva fragmentária neoliberal. Em consequência disso, o serviço social é extremamente implicado, pois as demandas acabam sendo tratadas na sua imediatez, desconsiderando o processo de desvendamento das mediações que deveria ser efetivado e, dessa forma, a essência desvelada. Por fim, aponta-se como dever deste profissional, o exercício na garantia de liberdade do usuário sem ser discriminado, no propósito de defender os direitos sociais e aprofundar o acesso democrático à cidadania, romper com o conservadorismo que desrespeita a diversidade, o pluralismo e a justiça social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Referências

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. -2. ed -São Paulo, Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. v. 2. São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil**. In: V.V.A.A. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo III - Reprodução Social, Serviço Social e a Política Social. Brasília: UnB, 2000.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. Brasil: as alterações institucionais no período recente e o novo governo. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/36288>.

MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social Ética e Saúde: reflexões para o exercício profissional** – São Paulo: Cortez, 2013.